

GEOGRAFIA(S) E MÉTODOS: UM DEBATE PERMANENTE**GÉOGRAPHIE(S) E MÉTHODES: UN DÉBAT PERMANENT**Dimas Moraes Peixinho¹William Ferreira da Silva²Maria José Rodrigues³**RESUMO**

A busca para explicar a realidade desafia a inteligência humana desde dos seus tempos mais remotos. A capacidade imaginativa nos coloca um conjunto de proposições que vem dos filósofos clássicos aos dias atuais. As explicações da realidade ganharam destaque a partir do século XVIII, com a institucionalização das ciências como campo próprio da razão. Esse tipo de explicação ganhou lugar de destaque, pois admite que a verdade é uma possibilidade concreta. Com isso, o conhecimento “verdadeiro” postula a sua autonomia frente a outros saberes. Com poucas exceções, entende-se que para chegar ao conhecimento decorrente da realidade é necessário o uso de métodos. Nessa perspectiva, o método torna-se condição para se chegar ao real, à verdade científica. O fato de se admitir que o método é uma condição não encerrou a discussão sobre a ele. Ao contrário, ampliou o debate, pois não basta admitir a necessidade, é preciso apontar qual o método ou quais os métodos. Esse não é um debate de um campo de saber, mas envolve, praticamente, todas áreas do conhecimento. Na geografia não é diferente, temos um debate sobre métodos e seus usos. Dentro dessa perspectiva este artigo objetiva fazer uma reflexão interpretativa sobre alguns entendimentos que se têm sobre os métodos, especialmente na geografia. O texto resulta das reflexões do grupo de estudo “Dialética”, que se reúne mensalmente, buscando aprofundar o nosso entendimento sobre o Método.

Palavras-chave: Método; Geografia; Reflexões.**RÉSUMÉ**

La quête pour l'explication de la réalité défie l'intelligence humaine depuis les temps les plus reculés. La capacité imaginative nous présente un ensemble de propositions qui viennent des philosophes classiques jusqu'au présent. Les explications de la réalité sont mises en exergue depuis le XVIIIe, avec l'institutionnalisation des sciences comme le champ même de la raison. Ce genre d'explication a gagné en importance, du fait qu'elle admet que la vérité

¹Docente do curso de Geografia da Universidade Federal de Jataí (UFJ) dimas_pexinho@ufg.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1400-3213>

²Docente do curso de Geografia da Universidade Federal de Jataí (UFJ) william_silva@ufg.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8012-9004>

³Docente do curso de Geografia da Universidade Federal de Jataí (UFJ) mariaRodrigues@ufg.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5069-0586>

soit une possibilité concrète. Ainsi, la connaissance « vraie » postule son autonomie vis-à-vis d'autres savoirs. À quelques exceptions près, il est supposé que, pour arriver à la connaissance issue de la réalité, il faut utiliser des méthodes. De ce point de vue, la méthode devient une condition pour atteindre le réel, la vérité scientifique. Admettre que la méthode est une condition n'a pas mis fin à la discussion sur lui. Au contraire, elle a élargi le débat, puisqu'il ne suffit pas d'en admettre la nécessité, il faut indiquer quelle méthode ou quelles méthodes. Nous ne présentons pas ici un débat dans un domaine de savoir, mais un qui concerne pratiquement tous les domaines du savoir. Ce n'est pas différent dans la géographie, où nous avons un débat sur les méthodes et ses usages. Dans cette perspective, l'objectif de cet article est faire une réflexion interprétative sur quelques compréhensions des méthodes, notamment en géographie. Le texte résulte des réflexions du groupe d'étude « Dialética », qui se réunit mensuellement, cherchant à approfondir notre compréhension de la Méthode.

Mots clés: Méthode; Géographie; Réflexions.

INTRODUÇÃO

Existem métodos na Geografia? Quais métodos? Essas perguntas sugerem que há uma necessidade de discutir a questão metódica na Geografia. Essa demanda, inicialmente, requer um entendimento sobre os sentidos que se tem feito sobre o próprio método. Isso, aparentemente, é uma incompreensão, quando não se distinguem métodos, metodologias e procedimentos, e deve ser entendido mais como concepções filosóficas do que simples formalismos normativos.

A proposição dos métodos, como condição para fazer ciência, que se desenvolveu a partir do século XVII, é anterior à formação da Geografia, que é alçada à condição de ciência na segunda metade do século XIX. Assim, a Geografia é sistematizada sob a égide do método. Soma-se a isso que os campos de estudo da Geografia só foram estruturados tardiamente, depois da organização de várias ciências humanas (Economia Política, Sociologia, Antropologia, etc.), tendo isso implicado nas perspectivas metódicas e nos próprios campos de estudo da Geografia. O que estuda a Geografia e quais são suas perspectivas sobre os métodos?

No final do século XIX, há uma predominância dos postulados do Determinismo, via Positivismo e do Idealismo, via Historicismo, no campo da Filosofia, que serviram de base

para a Geografia. Há, ainda, uma incipiente base da Dialética, via Anarquismo. Nesse contexto, as escolas ou correntes procuram mais a operacionalização e a definição de objeto do que dos postulados dos métodos, fazendo com que a(s) geografia(s) se afastassem das correntes filosóficas e se sustentassem nos conceitos, com destaque para: paisagem, região, espaço, território e lugar. As abordagens desses conceitos podem ser feitas por caminhos metódicos diferentes e, por isso, há uma razoável confusão, pois é necessário admitir a possibilidade de que uma mesma paisagem seja considerada enquanto uma paisagem idealista, uma paisagem positivista e até uma paisagem dialética. O mesmo vale para os demais conceitos. Essa falta de critério metódico enfraquece as narrativas da Geografia no campo das ciências. Assim, é preciso aprofundar o debate sobre as perspectivas do método na Geografia. É a partir dessas ponderações que se faz a discussão sobre a problemática dos métodos na Geografia. Portanto, o objetivo da proposta é refletir as questões metódicas na Geografia, entendendo que esse debate é necessário e oportuno. O texto está organizado em três sessões, sendo a primeira uma contextualização da organização da Geografia como ciência, seguida por uma contextualização das proposições metódicas e, por último, uma articulação entre ambas, buscando caminhos para atualizar esse debate.

O POSITIVISMO E O HISTORICISMO NAS TRADIÇÕES GEOGRÁFICAS

As interpretações epistemológicas da Geografia têm focado mais na sua história do que na sua organização como ciência. A partir das narrativas epistemológicas, é possível perceber que a Geografia nascente procura formular os seus conceitos baseando-os em teorias já consolidadas, seja no campo da natureza, seja no campo das humanidades, ou, ainda, buscando uma interação entre as duas perspectivas – natureza/sociedade. A Geologia, a Astronomia, a Pedologia, assim como a História, a Economia, propunham explicações para os fenômenos naturais e os sociais, respectivamente. Porém, parecia claro que havia uma demanda para explicar algumas conexões entre a natureza e o homem/sociedade. Assim, estabeleceu um quadro descritivo, estruturado em uma sequência: natureza, demografia e economia. As teorias formuladas pelas diferentes escolas, correntes ou matrizes, seguindo

os postulados do positivismo e do idealismo, sem um aprofundamento na reflexão filosófica, deram ênfases ao conteúdo/objeto do que seria a Geografia, assumindo a lógica interpretativa do Positivismo, que traz, em si, uma concepção de natureza e sociedade prontas e acabadas, como verdades únicas. O Positivismo, formulado no século XIX, impõe ao campo das ciências o padrão de conhecimento verdadeiro pautado na experimentação e na quantificação, desqualificando quaisquer outras interpretações.

O fazer científico, no seu diálogo com a Filosofia, busca romper o caráter especulativo e substanciar em assertivas que distanciam tanto dos dogmas, como do senso comum. “Ao contrário das ciências aristotélicas, a ciência moderna desconfia sistematicamente das evidências da nossa experiência imediata. Tais evidências, que estão na base do conhecimento vulgar, são ilusórias” (SANTOS, 2010, p 12). O ideal matemático vai dar base para o método positivista, pois traz a lógica do conhecimento perfeito e fundamenta a racionalidade a partir da ordem e da medida. O caminho para se construir as certezas, descobrir a verdade, é tomado a partir da quantificação, da medição, da classificação e, para isso, a Matemática se constituiu em uma base fundamental, pois “o que não é quantificável é cientificamente irrelevante” (SANTOS, 2010, p. 15). E ainda, segundo Santos, (2010, p. 15), “o método científico assenta na redução da complexidade (...) conhecer significa dividir e classificar para, depois, poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou”. A realidade, neste caso, se apresenta a partir da decomposição, do desmonte das partes de tal maneira que seja possível a compreensão de cada uma delas isoladamente, para posteriormente se preocupar com a função de cada uma delas no todo, bem como a interação entre estas partes.

Descartes, na V regra do Método, afirma que:

O método todo consiste na ordem e na organização dos objetos sobre os quais se deve fazer incidir a penetração da inteligência para descobrir alguma verdade. Nós lhe ficaremos ciosamente fiéis, se reduzirmos gradualmente as proposições mais simples, e, em seguida, se, partindo da intuição daquelas que são as mais simples de todas, procuramos elevar-nos pelas mesmas etapas ao conhecimento de todas as outras (DESCARTES, 2012, p. 29).

O método Cartesiano preconiza a decomposição e o ordenamento das partes como forma de construir o entendimento a partir daqueles elementos ou relações mais simples em direção aos mais complexos. Na regra VI, afirma o autor do Método:

(...), que não devemos começar os estudos com a investigação aprofundada das coisas difíceis, mas que é necessário, antes de nos aprofundar para enfrentar algumas questões determinadas, recolher espontaneamente, sem nenhuma seleção, as verdades que se nos apresentam, e ver gradualmente, em seguida, se delas podemos deduzir algumas outras, depois destas últimas, mais outras, e assim por diante. (DESCARTES, 2012, p. 35).

Certamente, as proposições de Descartes são muito mais amplas do que as passagens aqui citadas. Entretanto, elas indicam que as proposições têm finalidades operacionais. Nessa condição, já está definido que as “verdades” já estão postas, e elas independem dos questionamentos, são aceitas como tais. Assim, partindo do evidente, indiscutível, pode-se chegar, por dedução, ao verdadeiro universal. Aceitar essas proposições como verdadeiras e só aplicá-las foi o que, de forma geral, deu forma ao método positivista da ciência, que predominou no século XIX e, ainda hoje, continua constituindo-se em uma base para as ciências.

O que se precisa ponderar é que o método, instrumento fundamental para a ciência, não tem a capacidade de transformar o real a partir daquilo que se concebe como real. Assim, o limite do método está na sua concepção, no real que ele próprio propõe. Nesse sentido, a teoria que decorre de uma concepção metódica vai trazer uma dada realidade fundada em uma visão de mundo decorrente do método. Nessa perspectiva a Geografia nascente trouxe as visões de mundo do Idealismo, desenvolvido na Alemanha e do Historicismo, desenvolvido na França, via geografia Regional. Essas concepções não podem ser resumidas por uma divisa de fronteiras nacionais, mas pelos contextos históricos em que vivem os seus formuladores.

No chamado Período Clássico da Geografia, houve uma polarização entre essas duas perspectivas, que buscavam uma hegemonização para as explicações geográficas. Entretanto,

para Gomes (2009, p. 15), a Geografia tem um caráter múltiplo organizado entre correntes e contracorrentes. Ainda nesse sentido, BERDOULAY (2017, p. XV) afirma que:

Apesar de uma diversidade de tendências geográficas durante a segunda metade do século XIX, não é, em geral, julgada digna de interesse. A tendência que se tornou dominante – a de Vidal de la Blache – é considerada o resultado da pesquisa. Por causa dessa interpretação finalista que explica o passado em função do presente, a questão da ‘falência’ das outras tendências se encontra negligenciada. Isto é característico de quase todos os trabalhos de História da Geografia.

Apesar do apontamento de um posicionamento, uma leitura que emerge dentre as demais e se afirma enquanto aquela que reunia, naquele momento, as melhores condições de oferecer uma interpretação do objeto da Geografia, o contexto epistemológico se mostrava distante de um afunilamento, pelo contrário, a diversidade de leituras e propostas contribuía para a diversidade teórica. Seguindo a lógica de que mais do que escolas ou correntes, devem-se observar as matrizes de pensamento dos autores fundadores, Moreira (2008) observa que é preciso

considerar as distintas raízes de pensamento de que cada uma parte e filia a sua visão de mundo – Humboldt, ao romantismo; Ritter, ao espiritualismo cristão; Ratzel, ao desenvolvimentismo; Reclus, ao anarquismo libertário; Vidal de la Blache, ao funcionalismo antropológico; Sauer, ao culturalismo; Hetter, ao neokantismo, são exemplos que se multiplicam – para que a evidência das originalidades se oferecesse (MOREIRA, 2008, p. 38).

O pluralismo geográfico (a não observação de uma corrente metódica), de que falam os autores citados, não trata das perspectivas metódicas dos fundadores da Geografia, está associado às suas perspectivas teóricas, que trazem em si a naturalização do aspecto metódico, ou seja, a teoria aceita a visão de mundo sem problematizá-la. Segundo Moreira (2008, p. 41),

Se há uma substância que distinga a geografia dos alemães da dos franceses, esta é a vinculação da Geografia alemã com o Naturalismo, na mesma medida que a dos franceses com o Historicismo, que aproxima os temas e obras dos alemães mais das ciências da natureza que das ciências humanas (que fará a fortuna da Geografia dos franceses).

O Naturalismo, dentro de uma lógica do Positivismo, transforma a natureza naquilo que é objetivo, que pode ser apreendido pela racionalidade matematizada e acrescenta as condições naturais como determinante na organização sócio espacial. A natureza é vista como “lugar”, idealmente projetado como uma forma abstrata, porém, objetivado pela certeza matematizada.

Em sentido oposto, mas também, idealmente, o Historicismo parte de idealizações para explicar fatos. Assim, mesmo tendo a indução e a dedução como caminhos operacionais, tanto os Positivistas como os Historicistas, aceitam as explicações filosóficas comuns e fazem da descrição o caminho para as explicações do que seria o geográfico, elegendo a paisagem o seu objeto de estudos.

As descrições da paisagem, tanto poderiam ser feitas a partir de recortes particulares, buscando explicar as unicidades, como por um recorte geral, buscando explicar o movimento geral, através das leis naturais. Em ambos os sentidos, se preservam as concepções de que o objeto/conteúdo comanda a realidade e, portanto, cabe ao pesquisador a descrição das condições externas da realidade. Dessas perspectivas, a predominância era a posição e a extensão dos fenômenos. Uma vez o fenômeno posicionado espacialmente podiam-se definir as características gerais (pelas leis), obtendo-se, aí, distribuições apresentadas em uma classificação de ordem e, também, as particularidades classificadas por subordem, tipos, etc. A extensão, normalmente, era definida em relação às condições das posições como, por exemplo, clima, tipos de climas, vegetação, tipos de vegetação, solos, tipos de solos, e, ainda, economias, tipos de economias, culturas, tipos de culturas, etc.

As descrições, ordenadas por classificações, davam formas aos quadros geográficos, que seguiam os “recortes” particulares, sistematizando em fenômenos naturais ou humanos. Se as ênfases poderiam ser diferentes – físicos ou humanos – seguiam comumente o Positivismo (Determinismo) ou Historicismo (Idealismo). O que precisa ficar claro é que a concepção filosófica fica subordinada à concepção conceitual, transformando a questão

metódica em uma questão operacional, ou seja, em uma questão metodológica. Nessa perspectiva, cria-se a filosofia da ciência, a ciência passa a ter a sua própria filosofia.

A geografia nascente vai se constituindo como um campo de saber próprio da descrição baseado na indução (empirismo lógico), porém carente de uma orientação abstrata. Pode-se afirmar que essa dificuldade de uma concepção abstrata está na carência da reflexão filosófica da Geografia. Esses limites dificultam-lhe definir a sua própria identidade. Afinal o que é a Geografia? É uma ciência de síntese. É uma ciência empírica. É uma ciência que estuda a relação homem-natureza. Essas foram algumas das respostas. Porém, essas respostas ainda eram insuficientes para definir a sua identidade e, assim, busca-se um objeto específico para firmar o projeto identitário da Geografia.

A busca de um objeto não conduz a Geografia para uma reflexão filosófica, mas para o seu próprio acervo repleto de relatos descritivos. Nos relatos sistematizados a partir dos naturalistas e historiadores, são forjados os conceitos de paisagem, região, lugar, território e espaço. Esse último, como um conceito abrangente e aglutinador, assume o condão de generalização capaz de se aproximar da abstração filosófica. Entretanto, a dificuldade de trazer o espaço como conceito próprio da Geografia reside no fato de que há outros espaços em vários campos das ciências (Física, Matemática, Economia, etc.). Assim, para a Geografia, o espaço deve ser o geográfico, isso significa uma adjetivação

A concepção de que há um espaço geográfico é de inspiração kantiana e, dessa forma, traz o Idealismo como princípio básico. O fato de ser idealista não é problema em si, mas, o que se deve evitar, é transformar uma concepção idealista naquilo que ela não é como, por exemplo, em materialista. Entretanto, há várias perspectivas teóricas que entendem o espaço como uma construção social. Nesse sentido, o espaço geográfico, idealista, ganha um fundo material. As ações dos indivíduos na natureza através do trabalho, mediado pelas técnicas, transforma a primeira natureza em segunda natureza, e isso seria o espaço construído, ou seja, espaço geográfico. Para essa construção teórica, logo conceitual, tendo como base a ideia de espaço, tomado como uma abstração, de sentido geral, possibilitou a

construção do espaço como conceito. Logo, como fica claro que não é espaço como propriedade da matéria, como entende o materialismo e sim o espaço como uma idealização.

O fato de ter uma origem idealista não impede uma interpretação dialética, pois temos uma dialética idealista e uma materialista. Assim, como se pode fazer uma interpretação positivista materialista, uma dialética idealista e, também, uma dialética materialista. Nesse sentido é fundamental a questão metódica, como perspectiva filosófica e não no sentido operacional. No entanto, há uma compreensão que admite o operacional como filosófico (SANTOS, 1996).

CATEGORIAS E CONCEITOS GEOGRÁFICOS

O debate, ainda hoje, presente nas discussões epistemológicas da Geografia é se a sua identidade é marcada pelo objeto ou pela sua forma de abordagem. Os entendimentos sobre essas duas possibilidades são múltiplos. Os que focam no objeto, ou seja, sobre o que estuda a Geografia, trazem definições sobre o espaço geográfico (dialética idealista), a relação homem/natureza (positivismo), a organização da sociedade (historicismo), etc. As compreensões que focam nas abordagens caminham no sentido de fazer críticas às condições sociais (dialética), as estruturas econômicas etc. Admitindo que existem outras possibilidades, além das já mencionadas, as diferentes perspectivas, normalmente, operacionalizam as suas interpretações recorrendo ao sentido de paisagem, região, lugar, território e espaço como conceitos e/ou categorias da Geografia. Dessa forma, pode se afirmar que: paisagem, região, lugar, território e espaço são conceitos e/ou categorias consolidados(o)s na Geografia.

Apesar dessa consolidação, as formas como eles são tratados pode gerar entendimentos diferentes, pois podem ser tomados como conceitos da ciência geográfica ou como categorias analíticas e/ou filosóficas, especialmente no que se refere ao espaço. Aqui, o conceito é tomado como uma definição, uma síntese que define o significado de algo. A elaboração de um conceito decorre de um exercício intelectual que propõe uma definição

e tem aceitação como a representação capaz de abstrair o significado de alguma coisa, material ou imaterial.

A categoria, por sua vez, possibilita fazer o movimento do pensamento. Assim, ao inserir a categoria na construção da explicação, não se procura uma definição, um significado, mas usa-se a categoria para construir a explicação de uma dada realidade. Dessa forma, por exemplo, ao trabalhar com o território como categoria analítica, deve-se precisar o sentido deste e, a partir disso, aplicar o movimento intelectual para a explicação da realidade. Embora exista mais de uma definição de território, enquanto conceito, no sentido de categoria ele deve servir para fazer o movimento intelectual para apreensão da realidade. Neste ponto se torna possível identificar uma distinção entre conceito e categoria.

Santos (1984) ao tratar sobre a atualidade da região, como conceito, chama atenção para o fato de que o conceito de região continua válido, mas precisa ser atualizado no seu conteúdo. Diz o autor: “ A cada momento histórico, pois, o que se convencionou chamar de região, isto é, um subespaço do espaço nacional total, aparece como o melhor lugar para a realização de um certo número de atividades. Tais fatores locacionais, repetimos, são apenas parcialmente regionais ou locais” (SANTOS, 1997, p. 67). Continua o autor, “Os ‘fixos’, que dão a uma área uma configuração espacial particular, são dotados de uma autonomia de existência, mas isso não elimina o fato de que eles não têm uma autonomia de funcionamento. Por isso, a região e o lugar são lugares funcionais do todo”. (SANTOS, 1997, p. 68).

Como se pode verificar, Santos,(1997) está tratando do conceito de região, definindo o que é, mas, ao mesmo tempo, fazendo a reflexão de como esta funciona como categoria. Esse é um exemplo de análise que não separa a teoria do método. Assim, quando a teoria e o método são tratados juntos, o conceito e a categoria se imbricam, tendo a definição e o movimento ao mesmo tempo. O autor, além de definir o que é a região, um subespaço, está mostrando como abstrair a realidade a partir dela.

Seguindo, ainda, na perspectiva sobre conceito e categoria e tendo como referência uma síntese apresentada por Spósito (2004) sobre os diferentes entendimentos sobre a definição de região, afirma o autor:

Na perspectiva da Geografia Ativa, que partia do pressuposto de que o espaço poderia ser organizado pelo homem por via institucional, a 'região foi discutida pela perspectiva do desenvolvimento desigual e se colocou como objeto de intervenção da ação do homem', traduzindo-se a ideia de espaço como campo de ação de fluxos', definindo-se a região 'pela dinâmica dos fluxos espaciais' (SPOSITO, 2004, p. 107).

No sentido proposto, a busca é pela elaboração de uma definição, um conceito. Assim, o conceito está sendo operacionalizado pela teoria. Dessa forma, a construção está no campo da ciência e não da filosofia.

As indefinições entre esses campos têm levado às interpretações da epistemologia da Geografia.

A indistinção entre o espaço, as formas concretas de espaço e o espaço geográfico como uma dessas formas, tem sido a fonte do grande impasse do que podemos chamar a passagem da grande teoria para a pequena teoria em Geografia. A esta dificuldade se soma a de saber como pensar o mundo geograficamente. De modo que o homem como um homem-no-mundo e o mundo como um mundo-do-homem assim apareçam. Há que resolver-se aquele problema de centro, e assim andar-se com os que daí decorrem (MOREIRA, 2012, p. 81).

Mesmo que a conclusão do autor acima siga uma outra direção, nos parece que a sua assertiva tem muita razão na primeira afirmação, pois a indistinção entre o espaço, as formas concretas de espaço e o espaço geográfico, decorre das formulações da geografia que não fazem um diálogo com a própria filosofia, sobre o espaço e, sim, criam a sua própria definição de espaço, procurando um caminho para a formulação de sentido geral. Qual seria o sentido da existência de múltiplos entendimentos e operacionalizações acerca de um conceito/categoria? Por exemplo, como conceber a existência do espaço, do espaço de formas concretas e do espaço geográfico?

O esforço dos que aceitam discutir a epistemologia da Geografia tem mantido uma pequena chama acesa, tentando iluminar a debate sobre as suas origens e sua construção. Alguns caminhos seguidos já trazem as rotas prontas, por vezes, com vias largas e bem pavimentadas, permitindo viajar no automático, com tudo programado. Porém, não se pode ignorar que a realidade é feita de perspectivas, quiçá de utopias. Nesse caso, o caminho precisa ser construindo, ajustando as demandas da realidade que se transforma a cada momento.

GEOGRAFIA E PROCESSOS

A Geografia, construída enquanto ciência há pouco mais de um século, mais ou menos recente em meio às ciências, incorporou posições já consolidadas em outros campos de conhecimentos, especialmente dentro das perspectivas positivista e idealista. Como conteúdo escolar, se fez antes da ciência geográfica (CAPEL, 2010). Os seus conteúdos já estavam presentes nas sociedades geográficas (BERDOULAY, 2017), antes de se firmar como um campo de saber específico nas universidades.

Durante esse período a Geografia vivenciou três momentos de renovação, a incorporação de novas interpretações. A chamada geografia pragmática, baseada em modelos matemáticos, fortemente vinculada ao neopositivismo, buscando uma aplicação prática dos seus conteúdos, faz a primeira crítica à geografia tradicional/descritiva, a partir de meados do século XX. Outras perspectivas, também, fazem suas críticas, radicalizando as interpretações no campo social. As disputas entre correntes e contracorrentes (GOMES, 2000) ampliam a pluralidade da geografia. No campo metódico, ainda, mantêm-se fortes as interpretações positivistas/neopositivistas e idealistas.

Por sua vez, a dialética ganhou expressão a partir da década de 1980, por exemplo com as reflexões de Oliveira (1988), que oferece um prisma até então divorciado da leitura geográfica. As chamadas renovações deram mais ênfases às abordagens dos conteúdos, ou seja, críticas foram sobre a natureza das abordagens e não sobre os aspectos metódicos. Portanto, mesmo mostrando uma vitalidade em renovar suas abordagens, a Geografia

avançou pouco na sua própria natureza. A epistemologia tem sido mais sobre a sua história e do que sobre o porquê de ela ser do jeito que é.

Para Gomes (2009), cabe à Geografia explicar a ordem espacial. “O tipo de questão construída pela ciência geográfica é aquela que se interroga sobre a ordem espacial deles”. (...). Dentro dessa perspectiva, não há uma geografia física e uma geografia humana, unificada em seus respectivos campos. Menos ainda, haveria a possibilidade de federá-las em um campo totalizador, que seria a ‘verdadeira geografia’. Contudo, há sempre uma análise geográfica quando o centro de nossa questão é a ordem espacial, pouco importando o tipo de fenômeno” O autor conclui sua proposição sobre a epistemologia da geografia afirmando que:

Seja como for, parece que cabe à Geografia tomar para si a tarefa de discutir o complexo de posições e de localização, tentar desvendar o papel e a importância desse sistema na estrutura dos fenômenos e demonstrar o valor dessa análise para a compreensão deles. Tudo isso não pode ser feito sem um profundo mergulho no horizonte epistemológico. Mesmo os mais pessimistas entre nós devem admitir que os principais elementos para isso já estão reunidos e as condições para tal empreitada já estão dadas. Então, mãos à obra (GOMES, 2009, p. 30).

Milton Santos fala de uma epistemologia da existência e demonstra caminhos e que não há uma totalidade e o espaço total.

E aí chega a questão da epistemologia da existência, forma, talvez, de enfrentar a questão sob um outro prisma. Seja qual for o momento da história, o mundo se define como um conjunto de possibilidades. Isto é que é o mundo. (...) A totalidade das possibilidades existentes somente se dá de forma parcial, nunca de forma total, e é por isso que não há o espaço total (SANTOS, 1996, p. 13).

Ambos os autores realizam um chamamento para o fazer geográfico. Corroboram para a necessidade de construir um pensar geográfico.

A Geografia é mais uma “transmissora” do que uma “promotora” de ideologia; os atrasos na transmissão para a Geografia, frequentemente, a fazem parecer menos “com isso” do que as disciplinas “produtoras”, tais como a Sociologia, e atitudes críticas são encorajadas

por uma preocupação com as complexidades da forma espacial. Contudo, a Geografia é muito importante como transmissora, de não pouca importância, na educação escolar, onde ela é um veículo para a ciência social geral e onde a maioria das pessoas formam sua “visão do mundo”, se não sua “visão global”.

Ambos os autores apontam caminhos para uma epistemologia da Geografia, mesmo que por perspectivas diferentes. As possibilidades, conforme Santos (1996), e a ordem espacial, segundo Gomes (2009), nos indicam que a Geografia deve balizar suas análises projetando-as para o futuro. A epistemologia da Geografia, como de outras ciências, se insere nos contextos das suas proposições e das matrizes metódicas e teóricas. A atualidade da Geografia no Século XXI depende da sua capacidade em oferecer interpretações para compreender a realidade da dinâmica territorial, construir uma práxis que potencialize as ações dos sujeitos sociais, em lutas constantes, que efetivam as contradições que desnudam as desigualdades no processo de apropriação da natureza e do trabalho humano. Para isso, no sentido da compreensão de si, enquanto ciência, o trabalho geográfico precisa de uma imersão metódica. Compreender o pensar geográfico é compreender os sentidos ideológicos dos construtores que fizeram e dos que fazem os seus fundamentos.

Mesmo que hoje se diga que o método não pode ser uma “camisa de força”, que se defenda o ecletismo, é pelo método que se pode observar as diferentes visões de mundo e, como a partir delas, se entende e atua nas contradições que estão postas na sociedade, e assim contribuir para transformá-la.

O esforço epistemológico que devemos apoiar no fazer geográfico é compreender os sentidos dos porquês e da Geografia ser o que é.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a toda(o)s os estudantes e professores que participam do grupo de estudo “Dialética”: Divino José (Zezinho) (doutorando); Hyago Ernane Squiave (doutorando); Ione Cândido (mestranda); Francisco Thomaz (doutorando); Guilherme

Pelisson(doutorando); Juliana A. Soares (doutoranda); Marluce Silva Souza (doutora); Marcos (mestre); Larissa (mestranda); Marisa (doutoranda); Marggie Serna (mestranda); Naiane Martins (mestranda); Sabrina Carlindo (mestranda). Ao Dr Ariovaldo Umbelino de Oliveira (Professor Titular da USP), gostaríamos agradecer sua dedicação, seu entusiasmo e os ensinamentos ao todos nós do grupo Dialética, nesses mais de dois anos.

REFERÊNCIAS

- BERDOULAY, V. **A escola francesa de geografia**: uma abordagem contextual. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- CAPEL, H. **Geografia contemporânea**: ciência e filosofia. Maringá-PR: Eduem, 2010.
- GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- GOMES, P. C. C. Um lugar para a geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, F. *et al.* (Orgs.) **Espaço e Tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba/PR: ADEMADAN, 2009, p. 13 -30.
- MOREIRA, Ruy. **Geografia e Práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- OLIVEIRA, A. U. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, M. (Org.) **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1988, p. 66 – 110.
- SANTOS, B. S. **Um discurso sobre a ciência**. Porto: editora Celta, 2010.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**. 4ª edição, São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, M. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. Porto Alegre: **Boletim Gaúcho de Geografia**, 1996a. 7-14, agost. disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613/26350>>. Acesso em: 01/01/2019.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. 4ª edição, São Paulo: Nobel, 1997.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro : Zahar, 1993
- SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.